



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9.0025/2024

(Processo Administrativo nº 1424/2024)

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS** realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, tipo menor preço, critério de julgamento menor preço unitário mensal, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Resolução nº 780, de 30 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis.

<b>Contratante (UASG)</b>	Câmara Municipal de Três Rios (930930)
<b>Objeto</b>	Licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon, totalizando 100 (cem) servidores, pelo período de 12 (doze) meses.
<b>Valor Total da Contratação</b>	R\$ 11.976,00
<b>Data da sessão</b>	26 de novembro de 2024
<b>Período de Lances</b>	08:00 às 14:00
<b>Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS</b>	Sim



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 9.0025/2024

(Processo Administrativo nº 1424/2024)

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS** realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, critério de julgamento menor preço unitário mensal, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Resolução nº 780, de 30 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 26 de novembro de 2024.**

**Horário da Fase de Lances: 08h às 14h.**

#### 1 – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**1 –** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon, totalizando 100 (cem) servidores, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

**1.2 –** A contratação ocorrerá em item único, conforme constante abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	SUBTOTAL
01	Licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon.	15741	MÊS	12	R\$ 998,00	R\$ 11.976,00
VALOR TOTAL: R\$ 11.976,00						

**1.3 –** O critério de julgamento adotado será o **menor preço unitário mensal**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**1.4 –** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado da data de sua emissão, convalidado pela assinatura das partes, podendo ser prorrogado na forma do art. 106, incisos I, II e III e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.5 –** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre a Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

**2.1 –** A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**2.1.1** – Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

**2.1.2** – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.2** – Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.2.1** – que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.2.2** – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.3** – que se enquadrem nas seguintes vedações:

**a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

**b)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**c)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**f)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.2.3.1** – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.2.3.2** – aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

**2.2.4** – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 -TCU-Plenário);

**2.2.5** – sociedades cooperativas.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **3 – DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**3.1 –** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2 –** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.2.1 –** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.3 –** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.4 –** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**3.4.1 –** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5 –** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6 –** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.7 –** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8 –** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

**3.9 –** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1 –** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2 –** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**3.9.3 –** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**3.9.4 –** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**3.9.5** – que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

**3.9.6** – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**3.10** – Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização do valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

**3.10.1** – Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previstos neste aviso.

**3.10.1.1** – Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

**3.10.2** – O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

**3.10.3** – O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4 – DA FASE DE LANCES**

**4.1** – A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2** – Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.2.1** – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**4.3** – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1** – O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

**4.3.2** – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

**4.4** – Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5** – Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6** – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**4.7** – Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.7.1** – O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

### **5 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**5.1** – Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado na contratação.

**5.2** – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1** – Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2** – A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3** – Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata de procedimento da dispensa eletrônica.

**5.3** – Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

**5.4** – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.5** – Será desclassificada a proposta vencedora que:

**5.5.1** – contiver vícios insanáveis;

**5.5.2** – não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.5.3** – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.4** – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5** – apresentar desconformidade com quaisquer exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6** – Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1** – for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e





# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

**5.6.2** – apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**5.7** – Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.8** – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**5.8.1** – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**5.8.2** – Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**5.9** – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada do objeto.

**5.10** – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.11** – Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.12** – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### 6 – DA HABILITAÇÃO

**6.1** – Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

**6.2** – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

d) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**6.2.1** – Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

das alíneas “a”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.2.2** – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.2.2.1** – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**a)** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**b)** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**6.2.3** – Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.3** – Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**6.3.1** – É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

**6.3.2** – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**6.4** – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após a solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.5** – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.6** – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**6.7** – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.8** – Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**6.8.1** – Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**6.9** – Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### **7 – DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** – Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**7.2** – O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, por meio eletrônico/pessoalmente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**7.2.1** – O prazo previsto para assinatura do contrato ou a aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3** – O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**7.3.1** – referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.3.2** – a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**7.3.3** – a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.4** – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

**7.5** – Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### **8 – DAS SANÇÕES**

**8.1** – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

**8.1.1** – dar causa à inexecução parcial do contrato;

**8.1.2** – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**8.1.3** – dar causa à inexecução total do contrato;

**8.1.4** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**8.1.5** – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**8.1.6** – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

**8.1.7** – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**8.1.8** – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**8.1.9** – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**8.1.10** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.1.10.1** – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**8.1.11** – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

**8.1.12** – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**8.2** – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

**c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Câmara Municipal de Três Rios, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

**8.3** – Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.3.1** – a natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.3.2** – as peculiaridades do caso concreto;

**8.3.3** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.3.4** – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.3.5** – a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.4** – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**8.5** – A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.6** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**8.7** – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**8.8** – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**8.9** – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**8.10** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.11** – As sanções aqui estabelecidas são em decorrência do procedimento, sendo que as sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstos no Termo de Referência e no Contrato, anexos a este Aviso.

### **9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1** – O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

**9.2** – No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**9.2.1** – republicar o presente aviso com uma nova data;

**9.2.2** – valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

**9.2.2.1** – No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

**9.2.3** – fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**9.3** – As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**9.4** – Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**9.5** – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelos ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**9.6** – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**9.7** – Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**9.8** – No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.9** – As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.10** – Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**9.11** – Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**9.12** – Da sessão pública será divulgada ata no sistema eletrônico.

**9.13** – Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**9.13.1 – ANEXO I** – Documentação exigida para Habilitação;

**9.13.2 – ANEXO II** – Termo de Referência;

**9.13.3 – ANEXO III** – Minuta do Termo de Contrato.

Três Rios, 19 de novembro de 2024.

**Arminda Maria da Costa Silva**  
**Subdiretora de Licitações e Contratos**  
**Matrícula nº 9920**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **ANEXO I**

#### **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

##### **1- HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1** – No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**1.2** – Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**1.3** – No caso de sociedade empresária individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**1.4** – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**1.5** – No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova de indicação dos seus administradores.

**1.6** – Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

**1.7** – No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**1.8** – Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **2 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**2.1** – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**2.2** – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**2.3** – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**2.4** – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

**2.5** – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**2.6** – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**2.7** – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **3 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**3.1** – Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio de apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**3.1.1** – O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**3.1.2** – O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **ANEXO II**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1 – DO OBJETO**

**1.1** – Licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon, totalizando 100 (cem) servidores, pelo período de 12 (doze) meses.

**1.2** – O software a ser contratado deverá ser compatível com os seguintes aparelhos:

- 01 (um) relógio de ponto, marca TOPDATA, modelo INNER REP PLUS LC, nº de série 00009003650018488, instalado na sede da Câmara Municipal de Três Rios, na Avenida Ruy Barbosa, nº 176, Praça JK, Centro, Três Rios/RJ;
- 01 (um) relógio de ponto, marca TOPDATA, modelo INNER REP PLUS LC, nº de série 00009003650018499, instalado na sede do Procon, na Rua Presidente Vargas, nº 507, Loja 1, Centro, Três Rios/RJ.

##### **2 – DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** – A locação de software tem como objetivo gerenciar registros e frequências dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon, assim como os demais componentes inerentes ao processo de “controle de frequência” que são necessários para atender a legislação trabalhista.

**2.2** – A disponibilidade do serviço de aferição dos registros de ponto dos servidores garante a integridade, disponibilidade e confiabilidade dos dados, através de sistema integrado com backup automático e instantâneo em nuvem. É por meio do controle de frequência que a Administração e o próprio servidor tem a comprovação de sua assiduidade e o controle para fins do recebimento do salário. Ademais, esse registro permite ao Setor de Recursos Humanos um controle maior sobre as faltas, atrasos e saídas antecipadas do funcionalismo público. A utilização de tecnologia da informação como ferramenta para otimizar a máquina pública está cada vez mais evidente.

**2.3** – A integração de equipamentos e sistemas que permitem aumentar o controle institucional é uma exigência da sociedade. O presente procedimento promoverá a integração dos dispositivos com o sistema de gestão pública de forma transparente, resultando em maior domínio das atividades desenvolvidas pelos servidores públicos. A adoção de locação de tecnologia é um recurso útil uma vez que a manutenção, suporte e atualização ficam a cargo da empresa contratada. A necessidade de se efetuar controle da carga horária dos servidores é de interesse público. Assim, o cumprimento dos horários estabelecidos efetiva o compromisso público com a gestão de seus colaboradores.

##### **3 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

###### **3.1 – Sistema de ponto 100% Web**

**3.1.1** – O sistema proposto deverá estar totalmente adequado em relação a toda a legislação vigente, em especial as Portarias 1510/2009 e 671/2021, ambas do Ministério do Trabalho.

**3.1.2** – Licença de uso para 100 (cem) servidores.

**3.1.3** – Coletar automaticamente as marcações dos relógios de ponto, REP-C, da marca TOPDATA em uso atualmente sem que haja necessidade de coleta manual ou qualquer interferência humana e que não necessite de aplicações secundárias, onde para tal coleta exija-se



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

apenas a conexão com internet junto a cada relógio de ponto.

**3.1.4** – Para todos os registros de inclusões, alterações e exclusões em qualquer tela ou campo do sistema, deverá ficar gravado o LOG dessas informações, detalhando qual usuário e em qual dia e horário tal ação foi executada.

**3.1.5** – O software deve ter um Painel de Gestão que possibilite consultar todas as ocorrências cometidas pelos colaboradores dentro da competência mensal.

**3.1.6** – Possuir filtros diversos que possam ser utilizados para facilitar o acesso às seguintes informações: Responsável, Setor e ocorrências.

**3.1.7** – Permitir que as informações geradas no painel possam ser agrupadas por: Gestor, Setor, Data e ocorrências por mais novo e mais antigo.

**3.1.8** – Realizar a apuração do ponto para servidores, podendo ser efetuada de forma individual ou coletiva.

**3.1.9** – Permitir que uma mesma pessoa possa ser cadastrada mais de uma vez em caso de demissão e nova admissão, separando cada período trabalhado pela matrícula.

**3.1.10** – A solicitação para cadastramento de biometria do funcionário poderá ser enviada ao equipamento através de software de gerenciamento de ponto, independentemente da localização do equipamento, bastando o equipamento estar online via internet ao sistema.

**3.1.11** – Administrar escalas de trabalho, permitindo revezamentos, controle de turmas, feriados de acordo com as peculiaridades locais.

**3.1.12** – Calcular horários do tipo rígido, móvel ou flexível, inclusive com horários mistos com a combinação dos tipos rígidos e móvel.

**3.1.13** – Calcular horários mistos dentro de uma jornada de trabalho com registro de ponto em mais de uma unidade, ou seja, registrar o ponto em mais de um relógio no mesmo dia.

**3.1.14** – Calcular de forma separada quando o servidor possuir dois cargos, sendo o cadastro de cada cargo identificado pela matrícula.

**3.1.15** – Permitir realizar, identificar e imprimir cartão de ponto até 10 (dez) marcações de ponto diárias.

**3.1.16** – Apurar horas de trabalho, faltas, atrasos, saídas antecipadas, saídas intermediárias, horas extras, afastamentos (atestados) e compensações.

**3.1.17** – Controlar tolerâncias e de limites de horas extras, faltas, atrasos, saídas antecipadas, bem como administrar horários flexíveis.

**3.1.18** – Possibilitar parametrização para definição, no mínimo, de tolerâncias de horário, justificativas, horários de trabalho e feriados/pontos facultativos/recessos.

**3.1.19** – Permitir atribuição de permissões diferentes para cada operador e grupo de operadores do sistema, conferindo às chefias imediata e mediata a possibilidade de visualizar e alterar o resumo dos registros diários, online, realizados pelos empregados.

**3.1.20** – Registrar as alterações, inserções e remoções de dados realizadas pelos operadores do sistema (“log”), para uma eventual auditoria.

**3.1.21** – Possibilitar configurar data de início e fim do mês para o controle de frequência e ponto.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**3.1.22** – Possuir tempo limite entre batidas/registros de entrada e saída, evitando registros duplicados.

**3.1.23** – Permitir mostrar DSR (descanso semanal remunerado) em dias (no espelho).

**3.1.24** – Permitir habilitar banco de horas e compensação de horas, conforme pedido pela Administração.

**3.1.25** – Permitir a execução de ações em massa (permitir a execução de uma funcionalidade para vários empregados de uma única vez), tais como: aplicar e remover escala, alterar lotação, alterar a localização onde o empregado poderá registrar a entrada/saída.

**3.1.26** – Permitir apurar batidas/registros de entrada e saída com a opção ajustes das batidas, como lançamento de batidas que foram esquecidas, mediante acesso com perfil específico.

**3.1.27** – Permitir à chefia imediata responder às justificativas registradas pelo empregado.

**3.1.28** – Permitir verificar o cálculo de horas trabalhadas por dia.

**3.1.29** – Permitir verificar o quantitativo de horas a compensar por dia.

**3.1.30** – Permitir, pela chefia imediata, aprovação do espelho de ponto.

**3.1.31** – Permitir contabilização de: horas trabalhadas, horas mensais negativas e horas mensais positivas, feriados/pontos facultativos, afastamentos, compensação, saldo anterior, permitir registrar jornadas e escalas.

**3.1.32** – O sistema deve realizar cálculos automáticos para fechamento de horas trabalhadas por mês considerando: horas extras, banco de horas ou compensação de horas, horas a compensar a menos por períodos, horas a compensar a mais por períodos, horas cumpridas no mês e remanescentes dos meses anteriores.

**3.1.33** – Permitir a criação de perfis de acesso de acordo com a hierarquia funcional de tal forma que cada um tenha acesso, somente aos seus subordinados para fins de gerenciamento.

**3.1.34** – Permitir que se use como campo de controle a matrícula e/ou CPF.

**3.1.35** – Permitir validação no espelho de ponto do empregado, pela chefia imediata.

**3.1.36** – Possibilitar integração dos dados do fechamento mensal de ponto com o sistema de folha de pagamento via arquivo “txt”.

**3.1.37** – Emitir relatórios gerenciais em formato PDF, planilha eletrônica e texto.

**3.1.37.1** – Emitir relatório mensal detalhando a frequência dos empregados.

**3.1.37.2** – Permitir a geração de espelho do ponto pelo empregado, espelho detalhado e espelho de múltiplos meses.

**3.1.37.3** – Permitir o relatório sintético de frequência diária do empregado por período, escala, mês contábil, localização, lotação, horários contratuais, horas excedentes, horas extras e por cargos/função/espaco ocupacional.

**3.1.37.4** – Possuir relatório de horas extras, de ocorrências, batidas, batidas por período, faltas e atrasos, empregados sem biometria, horas trabalhadas, intervalos, previsão de horários, saldo de banco de horas ou compensação de horas e empregados sem escala.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**3.1.37.5** – Emitir relatório com todos os registros de frequência dos empregados.

**3.1.37.6** – Emitir relatórios para verificação de inconsistência no controle de frequência como quadro de horários (jornada/escala) e batidas ímpares.

**3.1.38** – Das funcionalidades exigidas para o APP Mobile:

**3.1.38.1** – Permitir inclusão de ponto com inclusão de foto tirada de forma instantânea e obrigatória, não podendo o funcionário incluir uma foto de sua própria escolha.

**3.1.38.2** – Na inclusão de ponto deverá gravar a geolocalização, permitindo ainda a criação de perímetros específicos para registro de ponto, e caso registre o ponto fora da área delimitada deverá gerar um alerta para a equipe de gestão de RH e seu gestor imediato.

**3.1.38.3** – Deve permitir a inclusão de ponto mesmo que o celular não esteja conectado a dados móveis, ou seja, inclusão em modo off-line, e que a marcação sincronize automaticamente no retorno dos dados móveis.

**3.1.38.4** – Permitir a inclusão de solicitações de ajustes de ponto e de atestados com inclusão de foto dos respectivos documentos.

**3.1.38.5** – Possuir modo gerencial no app, onde o gestor poderá aprovar solicitações de seus subordinados, bem como consultar o cartão de ponto dos mesmos, para fins de acompanhamento em tempo real.

**3.1.39** – O sistema de gestão do ponto eletrônico, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração, parametrização de tabelas e cadastros, conforme a necessidade da CONTRATANTE, estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários do sistema, adequação das fórmulas de cálculo para o atendimento aos critérios adotados pela CONTRATANTE e por força de leis federais, leis municipais e etc.

**3.1.40** – Todos os componentes da solução serão garantidos na totalidade de seu funcionamento pelo prazo da vigência do contrato, contado da data de aceite definitivo da implantação da solução referente ao objeto.

**3.1.41** – A CONTRATADA deverá prover, sem ônus adicionais, toda e qualquer atualização pertinentes aos produtos e softwares, inclusive sob os softwares embarcados nos coletores de ponto, por todo o período de vigência do contrato. Para fins desta especificação técnica, entende-se como atualização o provimento de toda e qualquer evolução, incluindo-se patches, fixes, correções, updates, services pack, novas releases, funcionalidades, provimento de upgrades englobando, inclusive, versões não sucessivas, caso a disponibilização de tais versões ocorra durante o período da vigência do contrato.

**3.1.42** – No caso de substituição ou incorporação de funcionalidades dos softwares em outro produto, por iniciativa de seu fabricante, a CONTRATADA fica obrigada a fornecer o seu substituto ou novo produto que incorporou as funcionalidades, caso este seja ofertado ao mercado.

**3.1.43** – No caso da substituição do software, o novo software que vier a ser oferecido em troca do antigo, deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substitui.

**3.1.44** – Software de gestão de ponto eletrônico deverá obrigatoriamente importar e exportar dados para o sistema de folha de pagamento. Todo esse processo deverá ser configurado para utilização amigável pelos usuários comuns ao sistema de gestão de ponto eletrônico.

**3.1.45** – O sistema oferecido deve conter no mínimo manual em português, impresso ou on-line.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**3.1.46** – A atualização contínua do sistema deve ser disponibilizada a CONTRATANTE por toda a vigência do contrato de locação sem a necessidade de solicitação e sem interrupção do funcionamento das versões correntes.

**3.1.47** – Recursos tecnológicos:

**3.1.47.1** – Integração com a folha de pagamento da Administração. A empresa CONTRATADA será responsável pela integração com o sistema de folha da Administração via arquivo TXT.

**3.1.47.2** – Banco de dados e licenças associadas é de responsabilidade da CONTRATADA e deverão estar incluídas no objeto entregue.

**3.1.47.3** – Ser uma solução única, de um único fornecedor, e possuir integração nativa entre todos os módulos funcionais, inclusive entre as ferramentas de tecnologia, sem necessidade de execução de rotinas (automáticas ou não) para compatibilização de dados e sem necessidade de redundância de processos.

**3.1.47.4** – Possuir redundância de servidores de dados, permitindo a segurança da operação ininterrupta mesmo com a queda de um dos servidores.

**3.1.47.5** – Permitir o acesso via “browsers” padrões de mercado, como “google chrome”, “microsoft edge”, dentre outros.

**3.1.47.6** – Permitir o armazenamento de informações históricas por tempo indeterminado.

**3.1.47.7** – Permitir que a navegação entre as diversas funções seja realizada através de navegação comum a ambiente WEB.

**3.1.47.8** – O sistema deve ter controle de acesso através de senhas, de modo a garantir a integridade e que impeça o acesso indevido aos dados, com regras específicas de permissões por usuários e grupos de usuários.

**3.1.47.9** – Deverá estar totalmente adequado a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e atender plenamente a todos os requisitos da Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho.

**3.1.47.10** – O sistema poderá ser parametrizável pelo usuário, observando suas restrições de acesso.

**3.1.47.11** – O sistema deve permitir acessos ilimitados e simultâneos, devendo ainda o sistema permanecer logado ao longo de toda sessão de uso, sem que haja necessidade de se efetuar login de tempos em tempos.

**3.1.47.12** – O sistema deve possuir um cadastro único de pessoas.

**3.1.47.13** – O sistema deve garantir a segurança dos dados de todos os cadastros/tabelas.

**3.1.47.14** – O sistema deve ter interface e os relatórios gerados em língua portuguesa do Brasil.

**3.1.47.15** – A CONTRATADA deverá garantir as cópias de segurança (backup), bem como seu correto armazenamento e disponibilidade no caso de necessidade de restauração dos dados.

**3.1.47.16** – Deverá manter a CONTRATANTE informada de eventuais falhas que necessitem de restauração dos dados.

**3.1.47.17** – A empresa CONTRATADA deverá permitir o acompanhamento de todas as etapas de configuração, instalação, migração, funcionamento do sistema pela equipe a ser designada pelo



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONTRATANTE.

**3.1.47.18** – Quanto ao acesso de dados, o gerenciador deverá fornecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em alguns dados de forma seletiva.

**3.1.47.19** – As autorizações ou desautorização, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato de forma totalmente on-line.

**3.1.47.20** – Fornecer treinamentos futuros no decorrer do contrato, estando inclusos de forma ilimitada e gratuita ao seu quantitativo e serem realizados obrigatoriamente de forma presencial.

### **3.2 – Serviço de implantação – Sistema de Ponto Web**

**3.2.1** – Executar a completa implantação, configuração e parametrização do sistema de ponto.

**3.2.2** – Deve contemplar a disponibilização do banco de dados em nuvem e todo o treinamento e parametrização necessária para o correto e completo controle de ponto dos servidores da CONTRATANTE.

**3.2.3** – Deverá ser fornecida a completa capacitação dos usuários para que possam operar todas as ferramentas disponibilizadas pelo sistema.

**3.2.4** – Fica definido como mínimo, o montante de até 5 (cinco) treinamentos presenciais ou remotos até 3 (três) horas cada, para que todos os usuários estejam devidamente capacitados a operar o sistema, mediante agendamento junto à CONTRATADA, não podendo tal serviço ser executado no prazo superior a 3 (três) dias úteis da solicitação da CONTRATANTE.

**3.2.5** – A quantidade de usuários a participar do treinamento serão definidos pela CONTRATANTE.

**3.2.6** – O prazo para conclusão da implantação será de até 10 (dez) dias úteis.

**3.2.7** – Deverá a CONTRATADA ainda:

**3.2.7.1** – Organizar cronograma de aplicação dos treinamentos aos usuários que vão operar o sistema e que serão indicados pela CONTRATANTE.

**3.2.7.2** – O treinamento tem como objetivo demonstrar a utilização do software e dos equipamentos, bem como todas as suas funcionalidades básicas e avançadas.

**3.2.7.3** – Os técnicos que ministrarem os treinamentos deverão ter conhecimento amplo das ferramentas a fim de se explorar todos os recursos do software e equipamentos.

### **4 – DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO**

ITEM	QUANT.	UND.	CATSERV	ESPECIFICAÇÃO
01	12	MÊS	15741	Licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon,





# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

				totalizando 100 (cem) servidores.
--	--	--	--	--------------------------------------

### 5 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA VENCEDORA

- I) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Administração contratante ou a terceiros;
- II) Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados a legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do objeto, cujo cumprimento e responsabilidade lhe caberão, exclusivamente;
- III) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) Executar os serviços dentro dos melhores padrões de qualidade, utilizando-se da mais moderna tecnologia;
- V) Operar com profissionais devidamente treinados e preparados para a execução das atividades contratadas;
- VI) Comunicar imediatamente à Administração contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite ou dificulte a execução do objeto;
- VII) Não divulgar qualquer informação obtida em decorrência do cumprimento da contratação, sem o consentimento prévio da Administração contratante;
- VIII) Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas;
- IX) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitados pela Administração contratante.

### 6 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE

- I) Emitir nota de empenho para fazer face as despesas contratadas;
- II) Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;
- III) Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- IV) Reservar a fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a contratante ou modificação das obrigações;
- V) Aplicar sanções à contratada motivadas pela inexecução parcial ou total do contrato.

### 7 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

**7.1** – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço unitário mensal.

**7.2** – Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

**7.3** – As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

**7.4** – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.5** – Caso conste na Consulta de Situação de Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**7.6** – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**7.7** – É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**7.8** – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**7.9** – Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

### 8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**8.1** – A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**I)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**II)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III)** der causa à inexecução total do contrato;

**IV)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**V)** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**VIII)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**IX)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

**XII)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**8.2 – A Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:**

**I)** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**II)** Multa:

**a)** Moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

**b)** Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

**c)** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados; e

**d)** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**8.3 – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:**

**8.3.1 – Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;**

**8.3.2 – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**

**8.3.3 – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

**8.4 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.**

**8.5 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.**



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**8.6** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, se for o caso, ou cobrados judicialmente.

**8.7** – Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8** – As penalidades serão obrigatoriamente registrados no SICAF.

**8.9** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **9 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** – A despesa do contrato neste exercício correrá por conta da dotação orçamentária **01.031.2011.2624 – 3.3.90.39.00**, do orçamento vigente da Câmara Municipal de Três Rios, conforme nota de empenho acostada aos autos do Processo Administrativo.

Três Rios, 07 de novembro de 2024.

***Paulo Estevão Seixas de Cerqueira***  
***Diretor de Tecnologia da Informática***  
***Matrícula nº 9500***



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### ANEXO III

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Termo de Contrato nº ..... de .../.../.....  
TERMO DE CONTRATO DE ..... QUE FAZEM ENTRE SI A **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS** E A EMPRESA .....  
(Processo Administrativo nº 1424 de 07 de novembro de 2024)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**, CNPJ-MF nº 04.239.111/0001-06, com endereço na Avenida Ruy Barbosa, nº 176, Praça JK, Centro, Três Rios/RJ – CEP: 25.805-001, doravante denominada **Contratante**, neste ato representada por seu Vereador Presidente, **Robson de Oliveira Souza**, e a empresa ....., CNPJ-MF nº ....., com endereço na ....., doravante denominada **Contratada**, representada neste ato por ....., portador da carteira de identidade nº ....., emitida pelo ....., conforme consta no ..... acostado aos autos do Processo Administrativo nº **1424/2024**, doravante denominado **Processo**, concernente ao ato de **Dispensa Eletrônica nº 9.0025/2024**, com base no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominada **Lei**, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** – Contratação de licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon, totalizando 100 (cem) servidores, pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL	SUBTOTAL
<b>01</b>	Licença de uso de software para controle de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Três Rios e do Procon.	15741	MÊS	12	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>						

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado da data de sua emissão, convalidado pela assinatura das partes, podendo ser prorrogado na forma do art. 106, incisos I, II e III e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.2** – A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

**2.3** – A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**3.1** – A gestão do contrato competirá ao Diretor de Tecnologia da Informática, Sr. Paulo Estevão Seixas de Cerqueira, e a fiscalização do contrato competirá à Diretora de Recursos Humanos, Sra Marinez dos Santos Gomes.

**3.2** – À fiscalização caberá:

- a) Fazer acompanhamento da entrega;
- b) Anotar todas as queixas para serem examinadas;
- c) Aplicar as penalidades de sua competência, e propor as que competirem à Administração;
- d) Exigir o cumprimento de cláusulas contratuais.

**3.3** – À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à Contratada (art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações).

**3.4** – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas alterações).

**3.5** – Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1** – Os serviços serão prestados de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**5.1** – A Contratante poderá propor a implantação de novas técnicas operacionais no decorrer do contrato, de forma a assegurar a melhoria da qualidade da prestação dos serviços.

**5.3** – A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações que eventualmente possa ter acesso, durante o período da execução dos serviços.

**5.4** – O início da prestação dos serviços deverá ocorrer **imediatamente** após a assinatura do termo de contrato, e a Contratante adotará junto à Contratada, oportunamente, todas as providências necessárias.

### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

#### 6.1 – PREÇO

**6.1.1** – O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

**6.1.3** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **6.2 – FORMA DE PAGAMENTO**

**6.2.1** – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**6.2.2** – Será considerada data de pagamento o dia em que constar com emitida a ordem bancária para pagamento.

### **6.3 – PRAZO DE PAGAMENTO**

**6.3.1** – O pagamento da nota fiscal ou fatura deverá ocorrer no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da data da sua autuação no Protocolo da Câmara Municipal. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente a liquidação da despesa pública.

**6.3.2** – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**6.3.3** – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **6.4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.4.1** – A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

**6.4.2** – Quando houver glosa parcial do objeto, o Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**6.4.3** – O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data de emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo da execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.4.4** – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularidade da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

**6.4.5** – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.4.6** – Constatando-se situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**6.4.7** – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.4.8** – Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**6.4.9** – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

**6.4.10** – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.4.11** – O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

**7.1** – A presente contratação será irrevogável pelo prazo de 12 (doze) meses. Após esse período, o preço poderá ser reajustado pelo IGP-M/IPC-A do período, caso haja prorrogação do contrato, observando o menor índice percentual por força do princípio da economicidade.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO**

**8.1** – O recebimento ocorrerá em duas etapas:

**8.1.1** – Recebimento provisório: o objeto será recebido provisoriamente na data da entrega da Fatura/Nota Fiscal referente aos serviços prestados;

**8.1.2** – Recebimento definitivo: no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, a contratante avaliará as características do objeto que, estando em conformidade com as especificações exigidas, fará o recebimento definitivo atestando a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

**8.2** – O recebimento definitivo pela contratante não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente contrato.

### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1** – Emitir nota de empenho para fazer face as despesas contratadas;

**9.2** – Efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos;

**9.3** – Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**9.4** – Reservar a fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a Contratante ou modificação das obrigações;

**9.5** – Aplicar sanções à Contratada motivadas pela inexecução parcial ou total do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**10.1** – Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Administração contratante ou a terceiros.

**10.2** – Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do objeto, cujo cumprimento e responsabilidade lhe caberão, exclusivamente.

**10.3** – Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.4** – Executar os serviços dentro dos melhores padrões de qualidade, utilizando-se da mais moderna tecnologia.

**10.5** – Operar com profissionais devidamente treinados e preparados para a execução das atividades contratadas.

**10.6** – Comunicar imediatamente à Administração contratante toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite ou dificulte a execução do objeto.

**10.7** – Não divulgar quaisquer informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação, sem o consentimento prévio da Administração contratante.

**10.8** – Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas.

**10.9** – Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitados pela Administração contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** – Não haverá exigência contratual de execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** – A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**I)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**II)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III)** der causa à inexecução total do contrato;

**IV)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**V)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**VI)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**VIII)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**IX)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**XI)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

**XII)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**12.2 – A Administração pode aplicar à contratada as seguintes sanções:**

**I)** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**II)** Multa:

**a)** Moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

**b)** Compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato;

**c)** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados; e

**d)** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.3 – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:**

**12.3.1 – Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;**

**12.3.2 – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;**

**12.3.3 – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.**

**12.4 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.**

**12.5 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade**



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.6** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, se for o caso, ou cobrados judicialmente.

**12.7** – Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.8** – As penalidades serão obrigatoriamente registrados no SICAF.

**12.9** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

**13.1** - As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**13.2** - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses do art. 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**13.3** - O tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades da aquisição contratada ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

**13.4** - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda a informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

**13.5** - A Contratada não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados que tenham acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto contratual.

**13.6** - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento prévio, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após previa aprovação da Contratante, responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades.

**13.7** - Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**13.8** - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previsto, inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Câmara Municipal de Três Rios está exposta.

**13.9** - A critério da Câmara Municipal de Três Rios, a Contratada poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**13.10** - A Contratada deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

**13.11** - A Contratada deverá permitir a realização de auditorias pela Câmara Municipal de Três Rios e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações realizadas à sistemática de proteção de dados.

**13.12** - A Contratada deverá apresentar a Câmara Municipal de Três Rios, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

**13.13** - A Contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços, que no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou confidencialidade da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, e os disponibilizando em caráter permanente para exibição da Câmara Municipal de Três Rios, mediante solicitação.

**13.14** - A Contratada deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos que tem acesso e que são de titularidade da Câmara Municipal de Três Rios, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.

**13.15** - A Contratada não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**13.16** - Caso autorizada transmissão de dados pela Contratada a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

**13.17** - A Contratada deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento de dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS**

## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**13.18** - A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato a Câmara Municipal de Três Rios a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

**13.19** - A comunicação acima mencionada não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**13.20** - Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a Contratada interromperá o tratamento de dados pessoais disponibilizados pela Câmara Municipal de Três Rios e, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob instruções e na medida do determinado por esta, eliminará completamente dados pessoais e/ou sensíveis e todas as cópias porventura existentes (seja em formato físico ou digital) ficando obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias físicas e digitais que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados, salvo quando a Contratada tenha, por obrigação legalmente anuída da Câmara Municipal de Três Rios, que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

**13.21** - A Contratada não será permitida manter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, após o encerramento do contrato.

**13.22** - A Contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Câmara Municipal de Três Rios para as finalidades pretendidas neste contrato.

**13.23** - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Câmara Municipal de Três Rios para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) suas alterações e regulamentações posteriores.

**13.24** - A Contratada ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão de descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Câmara Municipal de Três Rios.

**13.25** - Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).

**13.26** - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Câmara Municipal de Três Rios, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratadas, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.



# CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**13.27** - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo, de outras cominações cíveis e penais.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

**14.1** – Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao seu art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

**15.1** - Fica eleito o Foro da comarca de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Três Rios, ..... de.....de 2024.

Testemunhas:

**Nome, Matrícula nº**

**Nome, Matrícula nº**